AS DESIGUALDADES SOCIAIS, SEUS REFLEXOS E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

FERNANDA LAMESA AMBROSIO

RESUMO:

Esse artigo tem como objetivo analisar discutir os problemas atuais do ensino no Brasil. Analisaremos através de dados, principalmente da última PNAD Contínua 2018 os números da educação, o acesso e a permanência no mesmo, bem como os números em diferentes regiões do país e em diferentes aspectos sociais. Assim poderemos tratar do direito a educação e das suas desigualdades dentro do nosso território. A partir dele falaremos sobre uma inclusão escolar que seja de fato para todos e do caminho a ela que passa necessariamente pela democracia dentro dos espaços de ensino. Espera-se que esse trabalho possa contribuir para futuras reflexões acerca das necessidades apresentadas pelo ensino brasileiro.

Palavras-Chaves: Educação, inclusão, equidade, democracia.

1 INTRODUÇÃO

Discutir a educação no Brasil, parece tema comum, acredita-se que falar de educação é a mesma coisa que estudá-la e fazer parte dela. E é, ou melhor, deveria ser. O debate da educação parece algo muito próximo as pessoas que qualquer outro tema, porque teoricamente a educação é algo que faz parte da vida de todos.

Como sabemos, pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º a educação, bem como a saúde e outros fatores, é direito de todos. A mesma Constituição no artigo 205, afirma: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família." E no artigo 208 destrincha detalhadamente o direito a educação, quem deve prove-la e como, conforme elencada nos incisos seguintes:

"I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático- escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde."

Assim como os outros fatores assegurados pela constituição e que não são cumpridos como se deve, o direito a educação também não é cumprido em sua totalidade, mas talvez seja o que mais chega perto disso, a proposta deste artigo é trazer para o debate esses números e a forma com que a educação chega para a população brasileira e quanto de fato ela faz parte da vida das pessoas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 NÚMEROS DA EDUCAÇÃO

No Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2019, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 6,6% (11 milhões de analfabetos). O mapa abaixo trás esse número dividido em regiões:

Mapa 1: Taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais de idade (2019)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

A Região Nordeste apresentou a maior taxa de analfabetismo (13,9%). Isto representa uma taxa aproximadamente, quatro vezes maior do que as taxas estimadas para as

Regiões Sudeste e Sul (ambas com 3,3%). Na Região Norte essa taxa foi 7,6 % e no Centro-Oeste, 4,9%.

Outro fator analisado foi o nível de instrução foi estimado para as pessoas de 25 anos ou mais de idade, pois pertencem a um grupo etário que já poderia ter concluído o seu processo regular de escolarização.

Gráfico 1: Nível de instrução das pessoas com 25 anos ou mais de idade (Brasil-2019)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

O que conseguimos observar apenas com esses dados é que apesar da Constituição ser de 1988, o processo de acesso a educação universal é lento. Ainda de acordo com o IGBE entre os anos de 2016 e 2018 A taxa de escolarização de crianças de 0 a 3 anos cresceu de 30,4% para 34,2%, o que equivalia a 3,5 milhões de crianças. No grupo de 4 a 5 anos, faixa correspondente à pré-escola, essa taxa foi de 92,4% dos estudantes, totalizando quase 5 milhões de crianças na escola. A região Norte, com 86,4%, mostrava um resultado menor, mas o Nordeste, por outro lado, apresentava melhor taxa do que a média nacional. O ensino fundamental (6 a 14 anos) e o ensino médio (15 a 17 anos) também avançaram, com taxas de 99,3% e 88,2%. A escolarização registrou estabilidade no nível superior, com a taxa de 32,7%, em 2018.

Se formos analisar o número da educação no Brasil com o passar dos anos vemos o seu crescimento, isso se deve a vários programas governamentais, inclusive o programa Bolsa Família que de acordo com Glewwe, P. e Kassouf, A.L. (20-?):

"Nossas estimativas por escola indicam que, após a contabilização dos efeitos de defasagem, o programa aumentou as matrículas em 5,5% em escolas de 1ª a 4ª série e em 6,5% em escolas de 5ª a 8ª série, diminuiu as taxas de abandono escolar em 0,5 ponto percentual de 1ª a 4ª série e em 0,4 por cento de 5ª a 8ª série, e aumentou as taxas de aprovação em cerca de 0,9 ponto percentual de 1ª a 4ª série e 0,3 ponto percentual de 5ª a 8ª série. Partindo do pressuposto de que o programa tem pouco ou nenhum impacto sobre não-participantes, o impacto sobre os participantes, que representam um terço do total de crianças no Brasil, é cerca de três vezes maior. As estimativas por município são bastante semelhantes, embora as de 5ª a 8ª sejam imprecisas."

Além disso a criação do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação e do CAQ (Custo Aluno-Qualidade), também auxiliaram aumentar os números da educação.

Apesar desse aumento de valores, ainda temos muitos problemas para a educação, de ordem quantitativa e qualitativa. A evasão escolar é um deles, a taxa de crianças e adolescentes frequentando a escola cai com o passar dos anos, principalmente quando chegamos no ensino médio. Ainda de acordo com a PNAD Contínua 2018 entre as crianças de 4 e 5 anos temos 92,4%, já na faixa de idade de 6 a 14 anos temos 99,3% ,a taxa de escolarização entre os jovens de 15 a 17 anos, em 2018, foi de 88,2%,.Entre as pessoas de 18 a 24 anos e aquelas com 25 anos ou mais, 32,7% e 4,6% estavam frequentando escola. Ou seja, no Brasil, ainda desigual, a criança muitas vezes demora ao entrar na escola e sai mais cedo.

Isso se dá a necessidade do mercado de trabalho, ao nível de instrução dos responsáveis e a região onde o estudante está e obviamente as condições dessas regiões. A tabela abaixo mostra os indicadores educacionais das pessoas de 15 a 17 anos, por Grandes Regiões - 2016-2018:

Tabela 1: Indicadores educacionais das pessoas de 15 a 17 anos, por Grandes Regiões - 2016-2018

	Taxa de escolarização			Taxa ajustada de frequência escolar líquida		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Brasil	87.2	87.2[1]	88.2[2]	68.2	68.5[1]	69.3[2]
Norte	87.6	86.6	88.2	58.2	59.7[1]	61.9[2]
Nordeste	86.0	86.1	86.9	59.2	60.7[1]	61.3[2]
Sudeste	88.2	88.7	88.9	76.9	76.5	76.4
Sul	86.2	85.8[1]	88.2[2]	69.4	69.6	71.5
Centro-Oeste	88.5	87.0	89.4	70.1	70.4	71.6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.
(1) A diferença entre 2016 e 2018 é significativa ao nível de confiança de 95%.
(2) A diferença entre 2017 e 2018 é significativa ao nível de confiança de 95%.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Mais uma vez a região Norte e Nordeste apresentam números menores que as outras regiões e isso se deve a desigualdade do

acesso ao ensino por diversos fatores.

2.2 – Educação e desigualdades

É comum nos últimos anos escutarmos sobre educação inclusiva e muitos erram ao achar que educação inclusiva é algo que deve ser feito para os alunos com deficiência. A educação inclusiva tem como objetivo garantir o direito de todos à educação. Ela pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos. De acordo com Silva, M. O. E. (2011):

"A inclusão é, antes de tudo, uma questão de direitos. É também um desafio. E, porque é um desafio, constitui-se como um valor (Rodrigues, 2003; Leitão, 2006; Silva, 2011), uma vez que nos obriga a tomar mais consciência da heterogeneidade e da ou das respostas a que ela nos obriga, também quando estamos na esfera da educação. A inclusão, em termos educativos, faz mais sentido se for perspectiva da como educação inclusiva. Isto significa que a escola, para além de proporcionar aos alunos um espaço comum, tem de proporcionar-lhes, também, oportunidades para que façam aprendizagens significativas. O que só é possível se aceitarmos que a diferença não é necessariamente impeditiva de aprendizagem e que todos aprendemos com os outros."

Nesse momento voltamos aos números, como falar de educação inclusiva se dentro do nosso país temos desigualdades regionais e sociais tão gritantes? Um outro fator importante que a PNAD 2018 traz é a constante desigualdade dentro da questão de cor/raça, dentre os idosos o analfabetismo alcança 10,3% dos brancos e 27,5% dos pretos ou pardos, sobre os anos de estudo, 10.3 anos de estudo para as pessoas de cor branca e 8.4 anos para as de cor preta ou parda. Entre as pessoas de cor branca, 90,4% estavam na idade série adequada e entre as de cor preta ou parda essa taxa foi 84,5%.

Outro dado necessário para esse debate é que a rede pública de ensino foi responsável por 74,3% dos alunos na creche e pré-escola. No ensino fundamental, 82,3% dos estudantes também frequentavam a rede pública,. Já no ensino médio regular, tal rede concentrou 87% dos alunos. Ou seja, não há como falar de educação inclusiva, sem falar de escola pública e os investimentos para a mesma. Não existe a possibilidade de reduzir desigualdades sem uma escola pública de qualidade.

E para construirmos uma escola pública de qualidade e inclusiva, precisamos antes de mais nada de uma escola que olhe para todos. Uma escola democrática.

2.3. Educação e democracia

Paulo Freire em sua "Carta aos que fazem a educação pública da cidade", publicada no Diário Oficial do Município no dia primeiro de fevereiro de 1989, deixa claro que:

"uma escola efetivamente democrática não é apenas aquela a qual todos têm acesso, mas aquela cuja construção todos podem participar, aquela que atenda realmente aos interesses populares que são os interesses da maioria; é portanto, uma escola com uma nova qualidade baseada no compromisso, numa postura solidária, formando a consciência social e democrática."

Com essa citação retomo o início do artigo, a educação é pela lei algo para todos, onde grande parte das pessoas tem acesso, mas ela inclui todas as pessoas de forma igual? Podemos falar de educação para todos se o caminho para ela e passagem por ela é diferente?

Antes de mais nada, uma educação para ser popular e para todos deve ser feita por todos, deve dentro dela englobar todas as pessoas, ela precisa ser uma educação anti racista para atender a população negra, uma educação anti capacitista para atender aos educando com deficiência, deve ser anti homofóbica para atender os LGBTQI+, deve dar condições de equidade a todos os estudantes em todas as regiões do país, só assim poderemos chama-la de inclusiva.

Um dos fatores fundamentais para se garantir a democracia na escola é a gestão democrática, de acordo com Cury,C.R.J (2007):

"A escola é uma instituição de serviço público que se distingue por oferecer o ensino como um bem público. Ela não é uma empresa de produção ou uma loja de vendas. Assim, a gestão democrática é, antes de tudo, uma abertura ao diálogo e à busca de caminhos mais consequentes com a democratização da escola brasileira em razão de seus fins maiores postos no artigo 205 da Constituição Federal. (...) Nesta perspectiva, a gestão democrática implica o diálogo como forma superior de encontro das pessoas e solução dos conflitos."

Temos alguns exemplos e debates acerca de democracia e gestão democrática, como conselhos participativos, construção coletiva do projeto político pedagógico que contemple os fatores necessários para uma inclusão de fato ditos acima. A democracia na escola é justamente trazer as pessoas que falam sobre educação para um debate de fato de construção da mesma, um debate onde cada um possa colocar os seus anseios e dificuldades, onde os mesmos sejam ouvidos e a partir deles se busque soluções. Não há como fazer uma escola equânime de a comu-

nidade escolar não fizer parte dessa equação. Sobre essa participação escolar, Paro, V.H (1998) diz:

"Por isso, parece haver pouca probabilidade de o Estado empregar esforços significativos no sentido da democratização do saber, sem que a isso seja compelido pela sociedade civil. No âmbito da unidade escolar, esta constatação aponta para a necessidade de a comunidade participar efetivamente da gestão da escola de modo a que esta ganhe autonomia em relação aos interesses dominantes representados pelo Estado. E isso só terá condições de acontecer "na medida em que aqueles que mais se beneficiarão de uma democratização da escola puderem participar ativamente das decisões que dizem respeito a seus objetivos e às formas de alcançá-los" (Paro et al., 1988, p.228). Não basta, entretanto, ter presente a necessidade de participação da população na escola. E preciso verificar em que condições essa participação pode tomar-se realidade."

Como dito anteriormente, se fala muito sobre inclusão e gestão democrática na escola, mas em sua maioria ela é um amontoado de papéis e burocracias, e não uma participação de fato. Antes de mais nada para que haja participação é necessário que se tenha condições para isso. Condições que vão desde horários acessíveis para a classe trabalhadora, a condições sociais/políticas, sobre essa questão Paro, V.H (1998), continua:

"(...) de todos os fatores apresentados como determinantes da falta de participação da população na escola, o mais frequentemente mencionado, tanto por pais e usuários em geral, quanto pelo pessoal escolar, foi o relacionado às condições de vida das camadas populares, especialmente a falta de tempo e o cansaço após um longo e pesado dia de trabalho, senhor Pedro, presidente da Sociedade Amigos das Vilas Unidades do Morro Alegre (SAVUMA), considera que "todo mundo tem uma vida corrida e sofrida; as pessoas saem cedo e voltam tarde para casa, depois de trânsito, ônibus lotado..." Não se trata, todavia, apenas do cansaço físico. Como pondera Maria Alice, a diretora da "Celso Helvens", "sem uma melhoria, com essa vida desgraçada, não dá pro cara pensar". Assim, R. bras. Est. pedag., Brasília. \.73, n. 174, p.255-290, maio/ago. 1992 "massacrados por um sistema que o obriga a trabalhar", os pais vivem às voltas com problemas de toda natureza, lutando pela sobrevivência e sem condições até psicológicas para pensar nos problemas do ensino escolar."

Como podemos falar em situações de equidade dentro da escola, se a realidade da mesma, trazida em diversos momentos já coloca desde o início condições diferentes na educação? Se a participação da comunidade escolar, que é necessária para mudanças internas é limitada? Como mudar a escola com os condicionantes sociais que temos? É necessário entender que a escola não muda sozinha, e nem muda a sociedade sozinha, e vice versa, para isso é necessário entender as limitações da escola, mas fazer com que ela seja parte dessa mudança. Paulo Freire em 1989, quando secretário de educação do município de São Paulo, deu uma entrevista para a revista Nova Escola, em que diz que uma escola poderia apenas ensinar os conteúdos e ocultar os problemas sociais em torno dela, ou passar os conteúdos e desocultar esses problemas, sobre isso, continua:

"A primeira procura acomodar, adaptar os educandos ao mundo dado; a segunda, inquietar os educandos, desafiando-os para que percebam que o mundo dado é um mundo dando-se e que, por isso mesmo, pode ser mudado, transformado e reinventado. Devo concluir essa questão dizendo que os educadores progressistas sabem muito bem que a educação não é alavanca da transformação da sociedade, mas sabem também o papel que ela tem nesse processo. A eficácia da educação está em seus limites. Se ela tudo pudesse ou se ela não pudesse nada, não haveria porque falar dos seus limites. Falamos deles precisamente porque, não podendo tudo, podem alguma coisa. A nós, educadores e educadoras de uma administração progressista, nos cabe ver o que podemos fazer para competentemente realizar."

Para iniciar a mudança social e escolar que queremos, precisamos começar, criar e lutar por meios que garantam acesso, não só a educação para todos, mas a uma educação de qualidade, democrática e inclusiva, para que todos possam de fato não apenas ter a escola como momento de passagem da vida, mas de momento social, de construção social, científica e humana. Precisamos criar meios de participação comunitária, de gestão democrática além dos papeis, de grêmios estudantis livres, de igualdade de acesso e permanência aos educandos, só assim poderemos falar que o direito a educação está sendo cumprido de fato para todos.

3. CONCLUSÃO

Debater educação no Brasil parece assunto comum em todos os espaços, porém quando nos deparamos com a realidade brasileira vimos que esse debate é empobrecido. Ou não acontece. A escola no Brasil ainda é vista como ambiente de passagem, onde os estudantes entram, aprendem (aqui deixando de lado todas as defasagens) e saem dela como espaço concluído.

O que não se fala é que a escola como ambiente social, é um local de reflexo da sociedade e das mudanças sociais. Então temos todas as desigualdades de nossa sociedade

refletidas no espaço educacional, e possivelmente boa parte das mudanças possíveis em nossa sociedade passem por ela também. Temos dados que nos mostram a desigualdade regional, racial e de gênero nas questões educacionais, o que mostra que é impossível separar a escola do que acontece fora dela.

Sendo assim, é impossível também construir uma escola diferente sem analisar e modificar esses aspectos dentro dela. E para que todos sejam acolhidos dentro da escola e se sintam parte dela para que sejam agentes de sua mudança, é necessário uma escola inclusiva e democrática. Uma educação que de voz e asas para uma mudança social que se inicia no chão de escola. A escola não deve ser espaço de passagem, e sim espaço de construção.

Construção essa que só será possível quando toda a comunidade escolar puder colocar suas inquietudes na mesma. Construção essa que só será possível quando entendermos que a educação é uma questão política e não de senso comum. Debater educação deve ser sim assunto cotidiano de todos, mas um assunto que gere de fato engajamento e que leve a mudanças. Para isso é necessário criar ambientes de fala e de escuta, criar possibilidade para que se haja formação comunitária, debates comunitários, aprendizado conjunto. Que a educação saia dos muros da escola, mas que também traga para dentro deles.

Não existe mudança social sem mudança educacional, e para a mudança educacional é necessário rever e reconstruir o meio e o debate social. O direito a educação só será garantido a todos quando a educação for vista como um todo, como um fator que abrange todos os fatores biopsicossociais do ser humano, e por isso, só se dará de verdade quando todas as condições necessárias forem dadas para que ela exista.

Referências Bibliográficas

BRUINI, Eliane da Costa. "Educação no Brasil"; Brasil Escola. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/educacao/educacao--no-brasil.html . Acesso em 17 de setembro de 2020.

GLEWWE, Paul; KASSOUF, Ana Lucia - O Impacto do Programa Bolsa Familia no total de matrículas do ensino fundamental, taxas de abandono e aprovação. Disponível em https://www.cepea.esalq.usp.br/br/documentos/texto/o-impacto-do-programa- bolsa-familia-no-total-de-matriculas-do--ensino-fundamental-taxas-de- abandono-e--aprovacao-b-2-colocacao-do-premio-nacional-de-estudos-sobre-o- bolsa-familia.aspx. Acesso em 17 de setembro de 2020

IBGE EDUCA- https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o- brasil/populacao/18317-educacao.html . Acesso em 17 de setembro de 2020.